



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ANEXO III - Portaria 2.843/2015
**CHECKLIST DE PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS
PREGÃO ELETRÔNICO / PRESENCIAL**

BASE LEGAL: Lei n.º 8.666/1993, Lei n.º 9.784/1999, Lei n.º 10.520/2002, Decreto n.º 5.450/2005, IN/SLTI 02/2008, Resolução CNJ n.º 07 de 18/10/2005, Resolução TJPI n.º 19/2007, Portaria TJPI n.º 2.486/2012, Acórdão 254/2004 – Segunda Câmara – TCU, Acórdão 1512/2006 – Plenário – TCU.

PROCESSO Nº	
UNIDADE GESTORA	
INTERESSADO	
OBJETO	
VALOR	

Nº	UNID. ADM.	BASE LEGAL	PROCEDIMENTO	RESPOSTA		
				SIM (fls.)	NÃO	NC¹
1	CLC	Lei n.º 8.666/93, art.38, <i>caput</i> , Port. n.º 2.486/12, art. 2º c/c arts. 9º e 10º; Res. n.º 19/2007, art. 9º, I	O processo foi devidamente protocolizado/autuado, numerado em sequência cronológica e rubricado em todas as folhas?			
2		Acórdão 254/2004 - Segunda Câmara - TCU	Consta a solicitação/requisição do objeto, elaborada pelo agente ou setor competente?			
3		Art. 3º, I da Lei n.º 10.520/02; arts. 9º, III, § 1º e 30, I do Dec. n.º 5.450/05 e art. 2º, <i>caput</i> , parágrafo único, VII, Lei n.º 9.784/99	Há justificativa da necessidade de contratação pela autoridade competente?			
4		Art. 38, <i>caput</i> , Lei 8.666/93 e arts. 8º, III e 30, V, Dec. n.º 5.450/05	Consta a autorização da autoridade competente para a abertura da licitação?			
5		Art. 9º, I, art. 30, II, §2º do Decreto n.º 5.450/05	Consta do processo termo de referência , elaborado com a indicação do objeto de forma precisa, suficiente e clara?			
6		Art. 9º, II, § 1º do Decreto n.º 5.450/05	O termo de referência foi aprovado pela autoridade competente?			
7		Art. 3º, III, Lei n.º 10.520/02; art. 9º, § 2º, Dec. n.º 5.450/05 e arts. 15, III e 43, IV Lei n.º 8.666/93	Foi realizada a pesquisa de preços praticados pelo mercado do ramo do objeto da licitação?			
8		Art. 7º, § 2º, II, art. 15, XII, "a" e "b" da IN/SLTI 02/2008; art. 43, IV da Lei n.º 8.666/93, Acórdão 1.512/2006-Plenário-TCU	Tratando-se de serviço , existe orçamento detalhado em planilhas que expresse a composição de todos os seus custos unitários baseado em pesquisa de preços praticados no mercado do ramo do objeto da contratação?			



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Nº	BASE LEGAL	PROCEDIMENTO	RESPOSTA		
			SIM (Fls.)	NÃO	NC¹
9	Dec. nº 5.450/05, art. 30, IV; Lei nº 8.666/93, art. 7º, § 2º, III e art. 14, <i>caput</i>	Há previsão de recursos orçamentários , com indicação das respectivas rubricas ?			
10	Art. 3º, IV, §1º, 2º Lei nº 10.520/02; arts. 9º, VI, 10, 11, 12 e 30, VI, do Dec. nº 5.450/05	Consta a designação formal do pregoeiro e equipe de apoio ?			
11	Art. 4º, III, Lei nº 10.520/02; arts. 9º, IV e 30, VII, Dec. nº 5.450/05 e art. 40 Lei nº 8.666/93	Há minuta do edital e seus anexos ?			
12	Art. 3º da Res. nº 07/2005 CNJ	Foi observada a vedação da prática de nepotismo , nos termos do art. 3º da Res. CNJ nº 07, de 18/10/2005, tendo tal condição constado expressamente do edital de licitação ?			
13	Art. 38, parágrafo único, Lei nº 8.666/93	Consta a análise e aprovação da minuta de edital e seus anexos pela assessoria jurídica ?			
14	Art. 4º, § 1º, Dec. nº 5.450/05	No caso da modalidade licitatória escolhida seja Pregão Presencial , consta a justificativa quanto à inviabilidade de utilizar-se o formato eletrônico do pregão ?			
15	Art. 17 e 30, XII, "a" Dec. nº 5.450/05; art. 38, II Lei nº 8.666/93; art. 4º, I e II da Lei nº 10.520/02	Os comprovantes das publicações do edital resumido (aviso de edital) constam do processo?			

NC¹ - Não cabe

Todas as unidades administrativas envolvidas no fluxo dos processos administrativos devem observar a Portaria TJPI nº 2.486/2012.

Verificado em: ___/___/___

(Nome completo, cargo ou função e matrícula)